

RONALDO VAINFAS

A HERESIA DOS ÍNDIOS

*Catolicismo e rebeldia
no Brasil colonial*

2ª reimpressão




COMPANHIA DAS LETRAS

Daniel
18 cópias
3d

HISTÓRIA DE UMA SANTIDADE

*Na alegoria da América, o cavaleiro cristão indica o caminho que o préstito indígena deve seguir.
(Azulejo espanhol do século XVIII.)*

Tudo nascia desta abusão a que chamavam santidade, que estava no sertão [...] para onde fugiam todos estes índios.

Governador Manuel Teles Barreto, 1586

FONTES E FILTROS

Em meio ao forte declínio da população indígena no litoral — assolada por fomes e pestes, agrilhoada pela escravidão e pela catequese —, as santidades ameríndias parecem ter se revigorado na segunda metade dos quinhentos. Superaram o efeito devastador das epidemias dos anos 1560 e, estimuladas pelo desespero de tantos flagelos colonialistas, atravessaram todo o século, havendo notícias de semelhantes movimentos até as primeiras décadas do século XVII.

A mais conhecida das santidades é a de Jaguaripe — região localizada no sul do Recôncavo da Bahia. E a razão disso encontra-se na maior disponibilidade de fontes para o seu estudo, as quais ultrapassam, em número e qualidade, o registro pontual de jesuítas e viajantes ou a notícia burocrática das autoridades coloniais. No caso dessa santidade, tem-se copioso elenco de fontes em série: numerosas confissões e denúncias, e alguns processos incluídos na Primeira Visitação que o Santo Ofício de Lisboa enviou ao Nordeste brasileiro, entre 1591 e 1595. Em termos precisos, o visitador recolheu pelo menos setenta denúncias e 24 confissões de colonos relacionadas aos ritos e ao movimento daquela santidade, quando não à prática de “gentilidades”, do que resultaram dezessete processos, o maior dos quais em 265 folhas manuscritas — um dos mais volumosos, aliás, daquela Visitação à Bahia.

A razão para a existência de documentação tão numerosa e expressiva já faz parte da história da santidade de que me ocuparei neste capítulo. Reside no fato de que ninguém menos do que um pode-

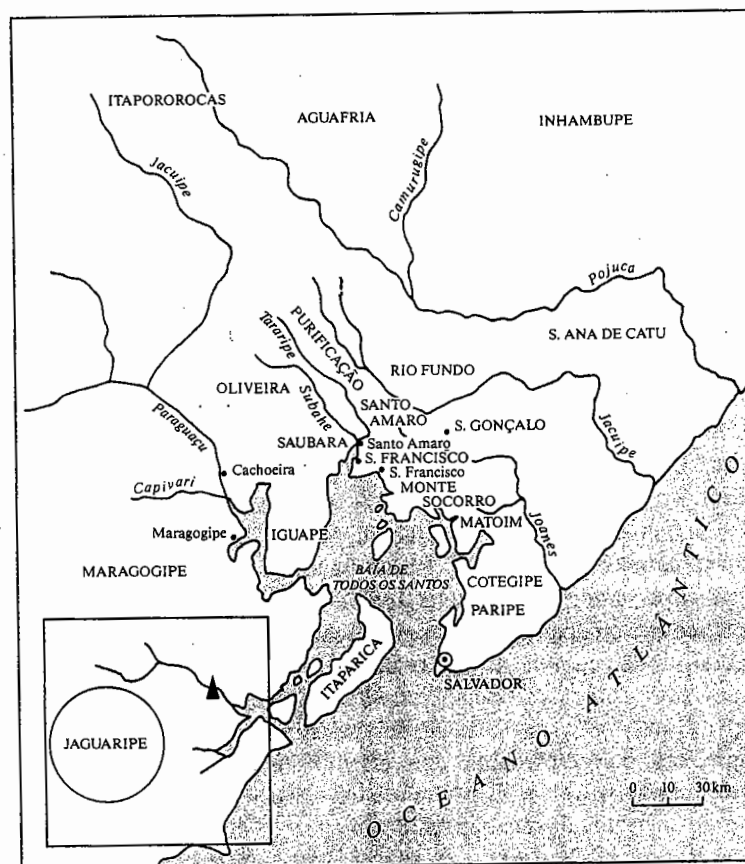
rosíssimo senhor de engenho da região — Fernão Cabral de Taide — resolveu atrair a santidade indígena para o seu engenho, dando-lhe sustento e proteção por alguns meses. Situação em tudo insólita, de que tratarei a seu tempo, que gerou grande perturbação na capitania, ações militares e pânicos coletivos até que a “heresia do gentio” fosse destruída por ordens do governador Teles Barreto, em 1585.

Mas o pouco tempo em que a santidade dos índios viveu no engenho escravista de Fernão Cabral parece ter sido suficiente para enraizar ódios, cristalizar rancores e medos. Anos depois da destruição da santidade pelo governador geral, chegaria à Bahia o visitador inquisitorial, Heitor Furtado de Mendonça, encarregado de averiguar não rituais indígenas ou “gentilidades”, mas práticas judaizantes, bigamias, sodomias e desvios de fé conhecidos na metrópole. Surpreender-se-ia Heitor Furtado, no entanto, ao deparar-se com a profusão de depoimentos sobre a grande abusão do gentio apadrinhada em terra cristã por um de seus principais moradores. Inusitada intromissão do Santo Ofício em matéria de religiosidade indígena: eis a razão para a numerosa documentação disponível para o estudo do caso Jaguaripe — intromissão provocada pela não menos inusitada cumplicidade entre um senhor escravocrata e uma seita indígena considerada diabólica. Armadilha da história, fortuna do historiador.

Não obstante esta profusão documental, em vários aspectos preciosa, o estudo da Santidade de Jaguaripe possui fortes limitações, algumas intransponíveis. Relembre-se, antes de tudo, que no tempo em que a Visitação chegou à Bahia, em 1591, os índios que haviam estabelecido o seu culto no engenho de Fernão Cabral já lá não estavam, expulsos pela ação de Teles Barreto. Cinco anos se haviam passado, portanto, desde a destruição da “igreja dos índios”. É certo que muitos depoentes tinham conhecido a santidade de perto, e até freqüentado suas cerimônias; outros, porém, só a conheciam de “ouvir dizer”.

Além disso, não obstante os depoimentos nos forneçam detalhes sobre a história da santidade e suas cerimônias, as informações são (e serão sempre) discutíveis — e ninguém melhor que Carlos Ginzburg advertiu sobre as potencialidades e filtros culturais desse tipo de documentação. Considere-se, antes de tudo, o filtro anteposto pela própria Inquisição, que não poderia ver na santidade senão “abu-

Recôncavo Baiano no século XVI



Na área enquadrada vê-se Jaguaripe, região da principal santidade quinhentista

- ▲ Provável localização da fazenda de Fernão Cabral
- ◎ Cidade de Salvador, sede do Governo Geral

são”, “heresia” ou “erronia do gentio do Brasil”, seguindo de perto o vocabulário que marcou a crônica quinhentista. No tocante às descrições da cerimônia, inúmeros detalhes se viram com efeito distorcidos, ao passarem da fala das testemunhas ou dos acusados para a pena do notário inquisitorial, além do que os próprios relatos, produzidos exclusivamente por brancos e mamelucos, são tão ricos em informações quanto em preconceitos. Por outro lado, não poucos depoimentos deixam entrever o medo dos colonos em face da ameaça que a Santidade de Jaguaripe representara para seus interesses e segurança, influenciando em suas descrições, para não falar do que disseram os acusados de cumplicidade com a seita, homens apavorados, empenhados em se livrar da culpa por meio de confissões atenuadas ou anódinas. Nenhum índio, por fim, depôs na mesa da Visitação sobre a santidade que, de certo modo, era originalmente sua.

SANTIDADE REBELDE

É impossível precisar em que ano a Santidade de Jaguaripe se organizou no interior do Recôncavo Baiano. A documentação apenas nos permite estimá-lo entre 1580 e 1585; jamais em 1586, pois foi nesse ano que parte da seita se deslocou para o engenho de Fernão Cabral, onde acabaria destruída meses depois. Quanto ao local, a maioria dos informantes menciona o sertão de Frio Grande (*roigagu*, em tupi), sobretudo o lugar de Palmeiras Compridas — nomes imprecisos, que se perderam com o tempo. Buscando esclarecê-los, José Calasans localiza Frio Grande em “algum trecho da serra de Orobó”, certamente nas bandas do “sertão de Jaguaripe”.¹ O foco de nossa santidade, como o de várias outras, era portanto o sertão — palavra que, na época, não possuía o significado atual (alusivo ao interior semi-árido da parte norte-ocidental do Brasil, mais seca do que a caatinga). Sertão, esclarece Morais, era o “coração da terra”, referia-se ao mato, em oposição “à costa e ao marítimo”.²

Sabe-se pouco, na verdade, sobre os começos da santidade e sua localização exata no sertão, se é que algum dia a seita se fixou realmente em lugar certo naquelas matas. De fato, Palmeiras Compridas (o sertão que abrigava a santidade) é nome que mais diz respeito ao mito do que à geografia, para desalento do “historiador tradicional”, sempre à cata das origens. Segundo a mitologia heróica tu-

pi, cotejadas as versões que nos legaram os autores quinhentistas, fora no alto de uma palmeira, “a árvore mais alta da terra”, que sobrevivera Tamandaré, ancestral direto dos tupinambá, escapando do dilúvio ordenado por seu pai, Maire-Monan, também conhecido por Sumé — o célebre herói tupi que os jesuítas adiante associariam à figura de são Tomé, o apóstolo.³ Palmeiras Compridas, refúgio da santidade, a exemplo da palmeira alta que abrigara Tamandaré em seu olho... Impossível saber-se, portanto, a “origem histórica” da Santidade de Jaguaripe, pois é caso em que a história se verga diante do mito. E a origem de um mito é, como bem lembra Ginzburg, inacessível por definição.⁴

Do líder da santidade também pouco se sabe com precisão, especialmente no tocante à sua biografia anterior à organização da seita. Como personagem mitológico que o próprio líder dizia ser, sua origem é também obscura e inacessível. Mas o pouco que se sabe é significativo, e será explorado a seu tempo. Tratava-se de um índio, certamente um autêntico caraíba à moda tupi, homem que passara pelas mãos dos jesuítas no aldeamento da ilha de Tinhaé, capitania de Ilhéus, de onde fugira para “alevantar os índios”. Trânsfuga dos jesuítas, portanto, assim era o caraíba da santidade, batizado na aldeia de Tinhaé com o nome de Antônio. Meio cristão, meio tupi, o caraíba Antônio deixaria a marca de suas ambigüidades na própria organização da seita e no conteúdo de sua mensagem profética.

Embrenhada nas matas de Jaguaripe, o núcleo da santidade parece ter reunido, quando menos, algumas centenas de índios. Homens, mulheres e crianças — que disso informam as fontes — de nenhum modo pertencentes a tribos ou grupos locais específicos. Muitos eram foragidos dos engenhos e fazendas do Recôncavo, outros fugitivos das missões, e não poucos egressos de aldeias ainda não reduzidas ou “descidas”. Predominavam, por hipótese segura, os tupinambá, posto que prevaleciam na região, sendo possível admitir-se ali alguns de outras “castas e gerações” de tupi. Improvável, penso eu, que também abrigasse “tapuias” (nome pelo qual os tupi chamavam os “outros” índios, deles distintos pela língua e costumes), a exemplo dos aimorés. Improvável, disse eu, porque os aimorés não falavam a “língua geral”, nem possuíam as mesmas crenças e costumes dos tupi; mas não impossível, já que a documentação menciona, entre os membros da santidade, até “negros da Guiné”, não obstante tal registro seja raro.

Seja como for, a quase totalidade dos depoimentos indica que o “ajuntamento” era muito eclético em sua composição, reunindo índios “cristãos e pagãos”, “cativos e forros”, sem falar nos poucos africanos já mencionados. Organizada em Palmeiras Compridas, a santidade passou a funcionar indubitavelmente como refúgio para os índios escravizados ou aldeados de várias partes da Bahia, além de estimular a formação de núcleos secundários em vários engenhos do Recôncavo.

Inúmeros depoimentos aludem às fugas e revoltas incitadas pela santidade na Bahia inteira, a começar pelo que escreveu Manuel Teles Barreto, governador do Brasil entre 1583 e 1587. A “nova abusão a que (se) pôs nome santidade” — ajuizava o governador — “foi a causa de por esta terra haver muita alteração, fugindo para ela os mais índios assim forros como cativos, pondo fogo às fazendas...”. Teles Barreto não exagerava: os índios haviam incendiado a fazenda do conde de Linhares, matando colonos, a fazenda de Garcia d’Ávila, grande potentado da capitania, e o aldeamento jesuítico de Santo Antônio, “aonde trataram mal os padres”, para citar as revoltas mais afamadas. “Tudo nascia desta abusão a que chamavam santidade que estava no sertão” — asseverou Teles Barreto —, razão pela qual julgava necessário “arrancar esta raiz de que os ramos arrebentavam, (e) para onde fugiam todos estes índios...”.⁵

Nas afirmações do governador ecoavam, de fato, os clamores do “povo da Bahia” — e não só o miúdo, também ele apavorado diante das sedições e incêndios, mas sobretudo os senhores de escravos e os jesuítas — que pelo menos neste clamor se irmanavam, unidos pelo medo e pela ameaça de ruína. Verdadeiro emblema da fúria senhorial contra a santidade encontra-se no depoimento de Álvaro Rodrigues, senhor de engenho da Cachoeira, filho mameluco de um português importante e rico. Após mencionar os incêndios, saques e mortes que os “seguidores da dita abusão” estavam perpetrando na Bahia, levantou a hipótese apavorante de que a santidade preparava “um motim e levantamento geral contra os brancos”, a fim de “destruí-los a todos”, como estavam fazendo.⁶

Bahia, anos 1580: tempo de levante indígena, incêndios e saques, descontado o exagero fóbico de Álvaro Rodrigues. Mas, a bem da verdade, o fim do século XVI parecia indicar o clímax das hostilidades recíprocas entre portugueses e ameríndios na Bahia. Na mesma época em que a santidade promovia as citadas revoltas no Recôncavo,

os portugueses experimentavam reveses dramáticos em suas “conquistas do sertão”, a exemplo da malsinada expedição enviada por Teles Barreto a Cerecipe, futuro Sergipe d’El Rei. Comandada por Garcia d’Ávila, 150 soldados, brancos e mamelucos, e trezentos “flecheiros” acabariam trucidados pelos guerreiros de Baepeba (caeté, do grupo tupi) aliados aos franceses. A resposta portuguesa haveria de ser atroz, embora custosa: 150 soldados e 3 mil flecheiros, comandados por Cristóvão de Barros, responsáveis pela chacina de mais de 6 mil índios e pela escravização, em “guerra justa”, de outros 4 mil.⁷

Foi no calor desses acontecimentos — dos quais dei apenas um exemplo — que ocorreram as diversas rebeliões da santidade, ou a ela atribuídas, bem como as pressões senhoriais sobre o governador para que montasse uma expedição contra a “abusão” do gentio. Teles Barreto aquiesceu, nomeando como chefes o citado Álvaro Rodrigues e seu irmão, Rodrigues Martins, homens que haviam participado da então recente campanha do Sergipe.

Foi essa a expedição oficial, a ordenada pelo governador para destruir a santidade no sertão de Jaguaripe, possivelmente nos inícios de 1585. Mas na mesma altura, talvez lhe antecedendo em dias, partira para o sertão de Jaguaripe uma outra expedição, composta de algumas dezenas de homens, sem contar os flecheiros, liderados por um tal Domingos Fernandes Nobre, de alcunha Tomacaúna, mameluco corpulento, experimentado nas lides de sertanista e preador de índios, homem de confiança do poderoso senhor de Jaguaripe, Fernão Cabral.

Dos objetivos da expedição de Tomacaúna muito se disse ao visitador do Santo Ofício, anos depois do episódio, não faltando versões desencontradas e tentativas de dissimulação de culpas. Evitarei, no momento, examinar o desencontro de versões, pois, sendo matéria inquisitorial, deixarei para tratá-la na seção correspondente. Basta dizer, por ora, baseando-me na leitura de todos os processos, denúncias e confissões (além da correspondência da governança), que a expedição de Tomacaúna fora mesmo enviada por Fernão Cabral, e não para destruí-la ali mesmo, como a de Álvaro Rodrigues, se não para atraí-la para o engenho de Jaguaripe.

Duas expedições, portanto, foram enviadas ao mesmo tempo em busca da santidade. A oficial, ordenada pelo governador, fora montada para destruí-la; e a particular, concebida por Fernão Ca-

bral, visava trazê-la pacificamente para o litoral e precisamente para os seus domínios. Faltou pouco, aliás, para que as duas expedições se encontrassem e travassem guerra, pois há registro de que, a certa altura, Álvaro Rodrigues partiu no encalço de Tomacaúna para destruí-lo, sabedor dos objetivos que o animavam; sabedor, também, de que o mameluco de Fernão Cabral finalmente encontrara o “gentio da santidade”.

Álvaro Rodrigues fracassou, no entanto, seja na perseguição que moveu a Tomacaúna, seja na tentativa de desfazer a Santidade de Jaguaripe. Em primeiro lugar porque Tomacaúna logrou fugir, especialista que era no caminhar pelos matos, afastando-se “sertão adentro mais de cinqüenta léguas”. Contribuiu para tanto o aviso que Fernão Cabral mandou dar a Tomacaúna de que a expedição de Álvaro Rodrigues estava no seu rastro. Em segundo lugar, a expedição oficial fracassou porque o próprio Teles Barreto mandou “correios” com ordens expressas para que Álvaro Rodrigues retornasse do sertão, suspendendo a operação de caça, quer à santidade, quer a Tomacaúna.⁸

A mudança de posição de Teles Barreto, governador muitíssimo vacilante e sensível às pressões dos principais da terra, resultou de gestões que junto a ele fez o próprio Fernão Cabral. Com rara habilidade, parece ter convencido o governador de que o melhor era atrair a seita para o litoral, incluindo os “maiorais da abusão”, para depois destruí-la de vez, assegurando-lhe que Tomacaúna estava obtendo êxito em sua missão. Convenceu-o, também, de que se Álvaro Rodrigues prosseguisse na ofensiva, seu plano de atrair a seita fracassaria por completo, além do que a vida de seus homens correria perigo.

Não sei se por fraqueza e vacilação ou por julgar mais eficiente o plano de Fernão Cabral — homem que também prestara serviços militares à governança —, o fato é que Teles Barreto suspendeu a operação oficial. Nem por isso, vale dizer, Álvaro Rodrigues deixou de promover carnificinas no sertão, logrando atingir núcleos secundários da santidade. Seu depoimento é, neste ponto, eloqüente, ao mencionar que achara “muitos ajuntamentos da dita abusão”, desbaratando-os, prendendo-os e os matando, enfim, “à força d’armas”. Menciona que vários “feiticeiros de abusão” ousaram desafiá-lo na operação, dizendo que “havam de voar para o Céu, e que não tinham medo das espadas, nem dos grilhões, que o ferro havia de

se converter em cera”, e não lhes faria mal. Álvaro Rodrigues não se fez de rogado: mandou degolá-los a todos (“que lhe parece foram 23”), e fê-lo para mostrar aos brasis que aqueles feiticeiros nada podiam, porque sua pregação era falsa.⁹ O núcleo da santidade, porém, conseguiu escapar desse mórbido espetáculo de degolas em série.

Quanto à expedição de Tomacaúna, logrou êxito quase total. Não só porque escapou do rival Álvaro Rodrigues, mas sobretudo porque de fato alcançou o núcleo da santidade. Os inúmeros depoimentos que sobre isto há na Visitação são contraditórios, por vezes confusos — o que se explica pelo fato de terem sido feitos pelo próprio Tomacaúna e seus expedicionários na mesa inquisitorial; e sob a forte suspeita de que todos haviam aderido à santidade. Não é de estranhar, assim, a profusão de relatos disparatados, empenhados em minorar, aqui e ali, as suspeições do Santo Offício.

Analisando detidamente o conjunto dos depoimentos, deparome com duas versões possíveis do encontro de Tomacaúna com a seita ameríndia. Na primeira, que julgo mais plausível, o encontro da seita teria ocorrido em duas etapas: inicialmente com um grupo de sectários aparentemente chefiado por uma caraíba — enviados todos pelo mameluco ao engenho de Fernão Cabral — e posteriormente, aí sim, com o caraíba-mor da santidade. Na segunda versão, de que tenho menos evidência nas fontes, se trataria de um só encontro, de que resultaria a citada migração de parte da seita para o engenho de Jaguaripe, exclusive o caraíba Antônio, que “fugira no meio do caminho”.

A diferença entre as duas versões talvez seja mera questão de detalhe — uma ou duas etapas no encontro da expedição com o núcleo da santidade —, porque no essencial os fatos são os mesmos: deslocamento de parte da seita para o engenho e recusa do caraíba principal em seguir com o grupo, seja por prudência, seja por medo.

Inúmeros relatos¹⁰ fornecem detalhes sobre o grupo enviado por Tomacaúna para o litoral, talvez antes, repito, de encontrar o caraíba-mor da seita — argumento porventura utilizado por Fernão Cabral para convencer o governador de que seu plano estava funcionando, sendo conveniente suspender a expedição de Álvaro Rodrigues. O grupo incluía membros destacados do “clero” da santidade, entre os quais uma caraíba, rara profetisa tupi a quem chamavam de Santa Maria ou Mãe de Deus. Tomacaúna estimou o

grupo em cerca de sessenta pessoas (havendo, porém, quem fale em setenta, oitenta e até duzentos índios), alguns dos quais carregavam um ídolo de pedra que o mameluco reverenciou, ou simulou reverenciar, de modo a convencê-los de seu intento. Convencidos os índios — e Tomacaúna dominava com exímia competência a “língua geral” —, o mameluco fê-los seguir para a fazenda de Jaguaripe, inclusive o ídolo, escoltados por alguns expedicionários, entre os quais Domingos Camacho, feitor de Fernão Cabral, e outros mamelucos que serviam no seu engenho.

Do encontro com Antônio tem-se, igualmente, inúmeros depoimentos, mas nenhum deles é comparável, na riqueza de detalhes, ao próprio Tomacaúna na mesa inquisitorial. Segundo o mameluco, após despachar o grupo de sessenta índios para Jaguaripe, a expedição seguiu no encaço do caraíba principal. E, chegando em certo “passo de Palmeiras Compridas”, recebeu o aviso de emissários de Antônio para que dali não passasse, “sob pena de obediência”, pois logo o caraíba viria encontrá-lo. Tomacaúna não hesitou em obedecer e aguardar, tomando o cuidado de enviar pelos emissários de Antônio algumas roupas à guisa de presentes. Não tardou muito para que o líder da santidade aparecesse...

Antônio surgiu à frente de um grupo numeroso de homens, não sei se a pé ou carregado em rede ou tipóia, a exemplo de outros caraíbas tupi. Também não vinha nu, mas vestido com as roupas que lhe enviara Tomacaúna: “calções de raxa preta” (calça comprida e larga de pano grosso de baixa estofa); uma “roupeta verde”, espécie de túnica; um “barrete vermelho na cabeça” e um traçado na mão, isto é, uma espada curta, curva e larga. Antônio vinha, pois, paramentado com vestes coloridas e armado, embora tenha sido o mameluco a lhe dar tudo isso, inclusive a espada. Atrás do caraíba alinhavam-se os homens, em fileiras de três em três, e por fim as mulheres e crianças, as quais andavam com as “mãos alevantadas” — separação de sexos e idades que Léry observara na cerimônia tupi-nambá do Rio de Janeiro. No préstito do caraíba, observou Tomacaúna, vinham todos fazendo “meneios com os pés, mãos e pescoços” e recitando coisas em sua língua. Bailavam, portanto, e entoavam seus cânticos cerimoniais.

Ao avistar o caraíba, Tomacaúna caiu de joelhos, assim como vários dos que acompanhavam o mameluco, procurando expressar a adoração que devotava àquele índio, chegando mesmo a se prostrar

a seus pés como se fosse beijá-los. Diante disso o caraíba chorou — informam vários depoimentos — e balbuciou algumas frases, praticando a tradicional “saudação lacrimosa” dos tupi, manifestação de cortesia indicando que o visitante ou estrangeiro era “bem-vindo e estimado, pois passara tantas canseiras para vir visitá-los”.¹¹

Terminada a apresentação e saudações recíprocas, Tomacaúna e os seus aderiram à seita, saltaram, festejaram, bailaram, beberam cauim, cantaram, fumaram. Não lhes deve ter sido difícil tanger à moda dos brasis sendo quase todos mamelucos e sertanistas, a maioria dos quais afeitos aos costumes dos índios.

Tomacaúna permaneceu com a santidade no sertão, do mesmo modo que boa parte de seus companheiros. Por vários meses tentou convencer o caraíba-mor a ir com o restante da seita para as terras de Fernão Cabral. Tudo indica que não conseguiu seu intento, ou, se o fez, não deu resultado, pois há relatos de que Antônio “fugira no meio do caminho”.

O certo é que Antônio jamais pisou nas terras de Fernão Cabral. Preferiu esconder-se no sertão para aguardar o destino do grupo que o precedera na migração para Jaguaripe. Quem sabe esperava o momento propício para assumir a chefia de sua “igreja” nas bandas do mar — antigo sonho tupi que o colonialismo estava desfazendo —, avaliando a promessa que lhe fizera Tomacaúna de que na fazenda de Fernão Cabral todos gozariam de ampla liberdade de culto e fartura de víveres.

Somente parte da seita rumou para a fazenda de Jaguaripe; sessenta índios, talvez mais de cem. Partiram, por suposto, em busca da Terra sem Mal, confirmando as tradições e migrações passadas. Partiram liderados por um caraíba... A santidade ingressaria, então, na fase decisiva e derradeira de sua história.

COOPTAÇÃO DA SANTIDADE

Esta segunda fase da santidade ameríndia tem por protagonista, queira-se ou não, a figura de Fernão Cabral de Taíde, senhor de Jaguaripe, homem que, de certo modo, teve êxito em atrair a seita para os seus domínios. Por que o fez? Com que motivações atraiu para suas terras uma seita ameríndia que provocava revoltas em toda a Bahia?

Entra-se aqui na delicada questão das motivações que animaram Fernão Cabral a introduzir uma “abusão gentílica” em terra cristã. O principal argumento que utilizara junto ao governador para fazê-lo suspender a expedição de Álvaro Rodrigues em favor da sua, confiada a Tomacaúna, assentava numa estratégia militar. Melhor e mais seguro seria reunir a seita inteira no litoral, incluindo sua cúpula, do que sair desbravando os matos à cata dela. Fernão Cabral insistiria nisso anos depois, quando teve que responder pelos seus atos na mesa do Santo Ofício.

Não resta dúvida de que a lógica militar de Fernão Cabral possuía algo de razoável, e ele já havia dado mostras de competência neste campo no próprio governo de Teles Barreto. Pelo menos o governador parece ter confiado em sua estratégia, num primeiro momento, se é que não se deixou levar pelas pressões do senhor de Jaguaripe. No entanto, os acontecimentos posteriores fizeram cair por terra o argumento militar de nosso personagem. Fernão Cabral jamais destruiu a santidade e, pelo contrário, protegeu-a em suas terras durante meses. Não tardou muito para que o próprio Teles Barreto percebesse o logro do ânimo militar de Fernão Cabral e fosse novamente pressionado a tomar providências. Também a população da Bahia, homens bons ou gente rústica, logo perceberia que Fernão Cabral tinha outras intenções com a santidade que não a sua destruição. Não haveria de ser o Santo Ofício a crer, enfim, na sua fantástica intenção belicosa contra uma seita indígena que ele jamais ofendeu. A indagação inicial continua de pé: por que Fernão Cabral atraiu e protegeu a santidade?

Para decifrar semelhante enigma, ou pelo menos esboçar algumas hipóteses, é indispensável conhecer um pouco da biografia de nosso personagem. Fernão Cabral era cristão-velho que devia ter perto de 44 anos, em 1585, pois contava cinqüenta no tempo da Visitação. Casado com d. Margarida da Costa, cristã-velha de Moura, no Reino, com quem teve vários filhos. Em 1592 possuía já sete: Manoel Costa, que andava pelo Algarve; d. Beatriz, casada com o desembargador Ambrósio Peixoto de Carvalho, em Salvador; Diogo Fernandes Cabral, moço solteiro; d. Ana, donzelinha de onze anos; d. Francisca, menina de nove; Bernardo Cabral e Nuno Fernandes Cabral, “meninos de pouca idade”, pouco mais que crianças de colo.¹²

Fernão Cabral era português, natural de Silves, no Algarve, cidade de ilustre memória no Reino, tomada aos mouros no século

XI, e dotada de privilégios iguais aos de Lisboa por d. Afonso III, no século XIII. Silves chegou mesmo a despontar como capital do Algarve e sede do episcopado durante séculos, até ser suplantada por Faro, em 1577. A Silves em que nascera Fernão Cabral deslizava, assim, para um plano secundário na geografia política e econômica do Algarve, eclipsada por cidades mais engajadas na expansão marítima portuguesa.¹³

Mas não só do prestígio de Silves, outrora glorioso, se nutria a forte personalidade que parecia ter Fernão Cabral — homem de fartos bigodes e barba, hábito comum aos europeus daquele tempo. Em sua “Crônica de Ilhéus”, João da Silva Campos afirmou que Fernão descendia de Pedro Álvares Cabral, o célebre descobridor de 1500, embora não indique a procedência da informação. José Calasans admite, no entanto, que diversos indícios sustentam a hipótese deste ilustre parentesco. O pai de Fernão Cabral de Taíde chamava-se Diogo Fernandes Cabral, mesmo nome de um dos irmãos de Pedro Álvares, que havia sido prior dos povos e deão da capela de d. Manuel, o Venturoso. O próprio nome Fernão Cabral aparece com notável constância na família do descobridor do Brasil: seu avô paterno chamava-se Fernando Álvares Cabral, e seu pai Fernão Cabral. Enfim, há prova documental de que Pedro Álvares Cabral possuía parentes no Brasil: Branca Cabral, sua bisneta, casada em São Paulo com Simão da Costa.¹⁴

No caso de Fernão Cabral de Taíde — e seria importante verificar este último sobrenome para esclarecer de vez a questão —, nada de concreto permite sustentar aquela histórica ascendência, restando a remota hipótese de uma bastardia. Não resta dúvida, porém, de que o Fernão Cabral de Jaguaripe era homem nobre. Assim o viam e dele diziam os contemporâneos: fidalgo, “homem de boa geração”, “de foro nobre”. O próprio Santo Ofício reconheceria essa condição na lavratura de sua sentença.

Fidalgo, nobre, Fernão Cabral era também considerado homem sisudo, isto é, indivíduo que tinha juízo, de “bom entendimento”, “discreto” — o que significa que não era louco, pois disso tratou de averiguar o Santo Ofício na inquirição das testemunhas. E houve mesmo quem considerasse Fernão um homem caridoso, um “esmoler” — elogio raro de se ver nos depoimentos sobre a pessoa de Fernão Cabral.

Além de nobre e sisudo, Fernão Cabral era poderosíssimo e muito rico. A imensa maioria dos depoentes destaca sua riqueza, sendo

recorrente a informação de que sua fortuna beirava os 20 mil cruzados, quantia suficiente para adquirir em torno de quatrocentos escravos da Guiné, segundo a cotação média do século XVI.¹⁵ Considerado homem “dos principais da terra”, Fernão Cabral não possuía, no entanto, quatrocentos negros da Guiné, concentrando a maior parte de seus recursos na fazenda e no seu engenho de açúcar, em que trabalhavam majoritariamente escravos índios e forros, muitos deles seqüestrados das aldeias jesuíticas, conforme o padrão baiano da época.

Do engenho de Fernão Cabral, a melhor informação é de Gabriel Soares, que, descrevendo as riquezas da Bahia em 1587, forneceu a localização exata da propriedade:

[...] Navegava-se (o rio Jaguaripe) até a cachoeira que está cinco léguas da borda [...]. Junto da cachoeira, virando sobre a mão direita, para baixo, está um engenho de água de Fernão Cabral de Taíde.¹⁶

Tratava-se, pois, de um engenho hidráulico, e não de um simples trapiche, indústria das mais caras à época, o que bem atesta o poderio econômico de nosso fidalgo. “Obra mui formosa” — elogiou Gabriel Soares o dito engenho — “ornada de nobres edifícios e casas de vivenda e de outras oficinas, e de uma igreja de São Bento, mui bem acabada, o qual engenho está feito nas terras d’el rei que estão livres de todo foro que costumam pôr os capitães.” Engenho caro, terras isentas de foro, oficinas e vivendas, a fortuna de Fernão Cabral não era nada desprezível, sem falar nos lavradores que viviam “desse engenho para baixo”. Lavradores de roças e de canaviais, os quais, livres ou obrigados, deviam enviar sua cana para as moendas de Fernão.

Fernão Cabral era, pois, um modelo de senhor de engenho poderoso, pertencente à minoria dos grandes potentados quinhentistas. O número de escravos que possuía não me foi possível aquilatar, mas devia ultrapassar a casa dos cem, para dizer o mínimo. Apóio-me, nessa conjectura, nas dezenas de escravos citados na documentação inquisitorial, alguns inclusive pelo nome — fato raro nos papéis do Santo Ofício. Apóio-me, igualmente, no sem-número de criados, feitores e homens de armas — Tomacaúna à frente — que o serviam em Jaguaripe, sem falar na envergadura de sua propriedade. Alguns autores coloniais, a exemplo de frei Vicente, confirmam enfim a impressão que me sugerem as fontes: Fernão Cabral possuía “muitos escravos” e tinha “aldeias de índios forros”.¹⁷

Fidalgo por nascimento, rico em bens materiais, Fernão Cabral devia ser portador daquele sentimento de superioridade que os senhores de engenho costumavam extravasar e ostentar, rodeados de escravos, serviçais e toda uma *entourage* de criados e dependentes que a eles rendiam homenagem. “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram” — escreveria Antonil no século seguinte — “porque traz consigo o ser servido [...]”.¹⁸ Verdadeiros “reis” em seus domínios particulares, assim se julgavam os grandes senhores da Colônia, indiferentes a qualquer lei, exceto a própria vontade, arrogantes no privatismo que lhes atribuiu Gilberto Freyre.¹⁹ A postura de nosso Fernão Cabral parece ser, também nesse domínio, verdadeiramente modelar.

Poderoso e rico nas bandas de Jaguaripe, Fernão Cabral não chegou a exercer, até onde sei, qualquer cargo na administração colonial, embora fosse ligado por laços de família a homens de poder. Sua filha d. Beatriz era casada, convém lembrar, com o desembargador Ambrósio Peixoto de Carvalho. Além disso, Fernão Cabral era muito próximo do governador Teles Barreto, como já observei antes. Prestara valiosos serviços militares, à própria custa, na gestão daquele governador, mormente em campanhas contra índios, assunto que interessava de perto nossos governadores gerais.

Das campanhas movidas por Teles Barreto, já mencionei as expedições enviadas ao Sergipe — a desastrada, de Garcia d’Ávila, e a vitoriosa, de Cristóvão de Barros. Foi também no seu governo que ocorreu a conquista da Paraíba em prejuízo dos mesmos índios caeté, destroçados em Sergipe. Notabilizou-se também Teles Barreto pela construção de fortalezas para a defesa da costa contra franceses e ingleses, a exemplo dos fortes de São Filipe, São Tiago e o de Nossa Senhora de Monte-Serrate.²⁰ O que talvez mais chamaria a atenção dos futuros historiadores para o governo de Teles Barreto seria, porém, a sua defesa dos interesses senhoriais contra a ganância dos mercadores — o que confirma plenamente a interpretação de Schwartz quanto à vulnerabilidade dos poderes colonialistas em face dos interesses senhoriais escravocratas.²¹ Foi o que observou, no caso de Teles Barreto, o historiador baiano Luiz Henrique Dias Tavares ao comentar a intervenção de Teles Barreto “em favor dos lavradores de cana e produtores de açúcar” em débito para com os negociantes de Salvador, comissários dos mercadores lisboetas.²² Confirma o que diz Tavares o nosso caro frei Vicente, que não nutria grande simpatia pelo sistema colonial.

Foi este governador mui amigo e favorável aos moradores para que os mercadores os não executassem nas fábricas de suas fazendas e, quando se lhe iam queixar disso, os despedia asperamente, dizendo que eles vinham a destruir a terra, levando dela em três ou quatro anos que cá estavam quanto podiam e os moradores eram os que a conservavam e acrescentavam com seu trabalho, e haviam conquistado à custa do seu sangue.²³

Foi exatamente em matéria de conquista e sangue que Fernão Cabral auxiliou o governador, movendo guerra aos temidos aimorés ao lado de Diogo Correia de Sande e das companhias a soldo dos castelhanos Diogo e Lourenço de Miranda, além da guarda governamental. “Foram todos de Jaguaripe por terra ao Camanu e Tinharé” — relata uma vez mais frei Vicente — “e lhes armaram muitas ciladas, mas como nunca [os aimorés] saíam a campo a pelejar, senão à traição, escondidos pelos matos, mui poucos lhes mataram e eles flecharam também alguns dos nossos índios.”²⁴

O apoio de Fernão Cabral à campanha contra os “tapuias” aimorés e a lealdade do governador a Fernão nos episódios já relatados de caça à santidade no sertão, tudo isso me leva a crer que os dois eram muito próximos. Terei a oportunidade de demonstrar em definitivo essa cumplicidade entre Fernão Cabral e Teles Barreto no momento de analisar a desdita do senhor de Jaguaripe na mesa da Inquisição. Limite-me, por ora, a enunciá-la e exemplificá-la, lembrando que Teles Barreto não chegou a presenciar a Visitação de Heitor Furtado. Homem idoso e doente, nos dizeres de frei Vicente, viria a falecer em 1587, cinco anos depois de sua nomeação por el-rei Filipe I, o primeiro Habsburgo de Portugal.

Amigo de Teles Barreto, Fernão Cabral era, como bom senhor de engenho, inimigo mortal dos jesuítas. Quem relata em detalhes os conflitos entre ele e os inacianos é nosso caro Anchieta, referindo-se a certo episódio ocorrido em 1571, tempo em que Fernão Cabral tinha apenas trinta anos. O futuro senhor de Jaguaripe simplesmente assaltara a aldeia e a igreja de São João, na Bahia, seqüestrando seis índios forros, “entre machos e fêmeas”, embarcando-os para levá-los à sua fazenda. Alegou, para tanto, que os jesuítas haviam tomado uma índia de propriedade dele, recusando-se a devolvê-la por suspeitarem de que a escravidão era, no caso, injusta. O caso foi parar na justiça, e Fernão Cabral acabaria derrotado, lembrando-se que era Mem de Sá, amigo dos jesuítas, quem governava o Brasil

naquele tempo. O episódio ilustra bem não só o desapareço de Fernão Cabral pelos jesuítas e sua missão, como a ambição desmedida dele. Sentindo-se lesado em uma escrava pelos padres, houve por bem ressarcir-se com seis forros. E mais significativo ainda é o que, segundo Anchieta, teria dito o jovem Fernão Cabral ao ser interpelado pela Justiça: afirmou “que não tinha ver com padres nem com governador, que maior era o seu poder que todas as justiças”.²⁵

Outro documento inédito que comprova a animosidade entre Fernão Cabral e os jesuítas é uma queixa que fizeram os padres ao rei, no século XVI, contra a ação de vários senhores do Recôncavo. Reclamavam os jesuítas da ação dos “capitães seculares” que, tratando os índios “não como filhos, senão como escravos”, procuravam impedir os nativos de ingressar nos aldeamentos da Companhia. Mandavam espalhar que os jesuítas fariam deles escravos, e os enganavam, impedindo a “conversão de que os reis deste reino fizeram tanto caso”. O documento menciona nominalmente Sebastião da Ponte, Diogo Correia de Sande, Gabriel Soares de Sousa, Cristóvão de Barros, João Batista, Antônio Ferras e nosso caro Fernão Cabral, dizendo que tais capitães tinham “mais olho no aumento de suas fazendas próprias” do que “na conservação das aldeias e índios”.²⁶

Fernão Cabral não era um caso isolado, como se vê, ao seqüestrar índios e atalhar o trabalho dos missionários, nisso agindo como a maioria dos senhores do seu tempo. Na Carta Anua de 1584, Anchieta vociferava contra os portugueses que atraíam os índios, dizendo que fossem com eles para o mar, e que ali estariam “em sua terra”. Desmanchavam as roças dos nativos e os “desciam” para logo os repartir entre si — e uns levavam as mulheres, outros os maridos, outros os filhos e os vendiam a seu bel-prazer. Anchieta contou que um desses senhores chegara mesmo a se disfarçar de padre com o fito de capturar índios, dizendo-lhes que os levaria para as missões, talvez porque tratasse com nativos que bem sabiam o que os aguardaria no litoral em mãos escravocratas.²⁷ Não me consta que tenha sido Fernão Cabral o senhor esperto que se fez passar por jesuíta para atrair os índios. Mas talvez não tenha sido muito diferente desse disfarce o seu gesto de atrair a Igreja da santidade para os domínios de Jaguaripe...

Prepotente, arrogante, ambicioso, não creio que exagero ao adjetivar desta maneira a Fernão Cabral de Taíde. Em matéria de reli-

gião católica, o mínimo que dele se pode dizer é que detestava padres, atitude nada incomum em senhores escravocratas da América portuguesa.²⁸ Zombava das missas e chegava mesmo a impedi-las em suas terras, o que fez confessadamente em certos domingos. Houve uma ocasião em que, debochando de seu capelão, Lucas de Figueiredo, e tolhendo-o no ofício da missa, disse que substituísse o vinho e a água por azeite e vinagre, pois tudo dava no mesmo. Dificultava, também, a aplicação dos sacramentos católicos em seus escravos, sobretudo a confissão, o casamento e até o batismo, razão pela qual muitos cativos seus “morreram pagãos”, como ele mesmo admitiria adiante na mesa do Santo Ofício. E seu respeito pelos jesuítas e pela legislação régia em matéria indígena era, de fato, nenhum. Vendia e ferrava negros forros a seu bel-prazer, talante, arbitrário.²⁹

Recompondo os fragmentos da biografia de Fernão Cabral, até onde me é possível fazê-lo, fica-me a clara impressão de que, excetuando-se o seu envolvimento com a santidade, sua vida nada apresenta de extraordinário. Reconstruindo sua face senhorial e escravocrata, tenho mesmo a impressão de já tê-lo estudado em *Ideologia e escravidão*, não como indivíduo, claro está, mas como membro de uma grei de senhores zelosa de seus privilégios particularistas, inimiga dos jesuítas, adversária do sentido missionário da colonização em favor do sentido mercantil, desde que sem impostos excessivos ou execução de dívidas, como bem lembrou frei Vicente.

Por outro lado, ao debruçar-me sobre a sua vida, digamos, afetiva — as aventuras amorosas e sexuais de Fernão —, reencontro-me com o universo de fornicção que tratei em *Trópico dos pecados*. E, novamente aqui, as atitudes de nosso personagem nada apresentam de excepcional. Aparecem narradas entre inúmeras outras de nossos colonos quinhentistas, seu apego ao sexo das índias, seu desprezo pela figura feminina, valores que vinham à tona em conversas masculinas, momentos em que homens de várias condições sociais falavam de suas aventuras, “tomados do vinho” ou sóbrios, discutindo em tom de galhofa e bazófia se lhes era lícito fornicar com mulheres solteiras ou públicas... Entra-se, aqui, no que Gilberto Freyre chamou de “domínio do erotismo grosso”, “da opulência de palavrões e gestos obscenos”,³⁰ matérias em que nossos colonos eram mestres. “Ninguém vai ao inferno por amor de mulheres”, costumavam pen-

sar nossos colonos, dizendo isso por meio de palavrões — palavras desonestas que o Santo Ofício, “por honestidade”, evitava transcrever. “Fornicar, fornicar, que farte, [pois] que del Rei é a terra [e] que ninguém foi ao Inferno por fornicar...”³¹

Fernão Cabral era apenas um dentre a multidão de colonos que vivia à cata de mulheres, sobretudo de índias, para saciar seus desejos no mato, na beira do rio ou onde quer que fosse, para depois alardear suas proezas sexuais com vanglória de machos. No caso de Fernão Cabral, nenhuma mulher se podia sentir verdadeiramente a salvo de suas investidas, índias ou brancas, solteiras ou casadas, virgens ou já “levadas da honra”. A todas procurava seduzir, quando não constringer, para o que fazia valer, além da conversa lasciva, a sua prepotência senhorial — e nem tanto sua fidalguia de foro nobre.

Assim ocorreu em certa ocasião, no ano de 1589, quando tentou seduzir a comadre Luísa de Almeida na capela do seu engenho, tencionando saciar-se ali mesmo, sem pedir licença a Deus. Luísa, que tinha então 26 anos, procurou dissuadi-lo alegando que, além de casada, ela era sua comadre, e a Igreja proibia cópulas entre parentes espirituais. Fernão não se fez de rogado, dizendo-lhe com deboche que tanto fazia “dormir carnalmente” com comadre ou qualquer mulher, e que o mais eram carantonhas, medos tolos, e “que com uma bochecha d’água se lavava tudo”. Ainda assim Luísa resistiu, irritando Fernão, que de sedutor transformou-se no prepotente senhor escravocrata: que Luísa copulasse com ele ali mesmo, na igreja, pois do contrário faria amarrar seu marido numa árvore e dormiria com ela na frente dele: Disse-o aos berros, torcendo os bigodes, gritando que pelaria suas próprias barbas na forca se ele não cumprisse as ameaças que acabara de fazer...³²

Se constringia mulheres brancas, casadas e a ele unidas por compadrio, o que não faria Fernão Cabral com as índias? Os poucos dados de que disponho me parecem suficientes para responder a pergunta. O primeiro refere-se a episódio ocorrido no tempo em que a santidade se achava na fazenda de Jaguaripe, no qual Fernão Cabral agarrou uma “moça cristã de gentio da terra, virgem”, e a possuiu pelo “vaso traseiro, consumando a cópula com polução”. Observe-se, em primeiro lugar, que a índia era “moça”, palavra que na época significava rapariga de tenra idade, pouco mais que menina. Observe-se, em segundo lugar, que foi o próprio Fernão quem con-

tou o fato ao visitador do Santo Ofício, que disse não foi acusado por ninguém, ocasião em que procurou se desculpar dizendo que “errara de vaso” ao ajuntar-se com a moça, residindo na sodomia a sua culpa. Caso só tivesse deflorado a menina, sem contudo sodomizá-la, sua consciência ficaria tranqüila...

O segundo episódio insere Fernão Cabral, plenamente, no universo misógino-racista do seu tempo. Refiro-me ao comentário que fez sobre seu vizinho Diogo Correia, o mesmo, creio eu, que o acompanhara na campanha contra os aimorés, em Ilhéus. Recordando as preferências sexuais do amigo, que gostava de dormir com índias, disse que o tal jamais iria ao inferno por semelhantes pecados, “pois nunca os fizera com mulheres brancas honradas, senão com negras...”³³ Negras da terra, índias: mulheres degradadas com as quais se podia copular à vontade, que Deus não se ofenderia por isso, eis o que pensavam Fernão Cabral e os lusitanos no trópico.

Uma última palavra sobre a vida amorosa de nosso personagem, esta sim alusiva a certa peculiaridade de Fernão. Refiro-me a seu hábito de dizer as palavras da consagração na boca das mulheres durante o ato sexual, *Hoc est enim corpus meum*, expressão por meio da qual a Igreja ritualizava a presença do corpo de Cristo na hóstia (aquí está o meu corpo).

Disse peculiaridade de Fernão porque, na verdade, este era um costume muito difundido entre as mulheres, sendo raro entre os homens, inscrito no universo mágico-erótico das “cartas de tocar”, das beberagens afrodisíacas, das orações amatórias, das mezinhas e filtros que as mulheres soíam utilizar para arranjar ou amansar maridos. As palavras da Sacra possuíam exatamente, segundo se acreditava na época, este poder de “prender a criatura desejada”, “fazê-la cumprir a vontade de quem as proferia” e, sobretudo, de evitar maus-tratos. Linguagem erótica predominantemente feminina, o uso daquelas palavras em atos sexuais era, porém, um código de domínio público, popular.³⁴ Fernão Cabral devia utilizá-lo para reforçar, magicamente, o seu ímpeto de sedutor, que parece ter sido freqüente, jamais para evitar maus-tratos femininos, que disse ele estava isento. Nosso personagem acreditava, portanto, em magias e encantamentos: magias ocidentais, vale dizer, e encantamentos proferidos em latim...

Não poderia concluir este perfil biográfico de Fernão Cabral, que julgo essencial para compreender o seu envolvimento com a san-

tidade, sem mencionar o tratamento que dispensava aos escravos. As informações não são numerosas, mas creio que um só exemplo talvez seja suficiente para demonstrar a truculência de suas atitudes.

Refiro-me a certo episódio que causou escândalo na Bahia, ocorrido pouco antes de a santidade ingressar em sua fazenda: a execução sumária de uma escrava índia, de nome Isabel, que Fernão mandou lançar na fornalha de seu engenho. Em tempo de escravidão, violência e suplícios cotidianos, o gesto de Fernão Cabral parece ter ultrapassado todos os limites, a ponto de suscitar o rumor público e sentimentos coletivos de repulsa. Anos depois desse episódio, logo no início da Visitação à Bahia, várias pessoas foram a Heitor Furtado contar um fato que, a rigor, não era do foro inquisitorial, o que bem indica a forte impressão que deixou na memória dos contemporâneos.

Fernão Cabral mandou Isabel ao fogo por razão verdadeiramente pueril: a índia havia contado à esposa de Fernão, d. Margarida, “algo que dele sabia”, possivelmente um mexerico sobre os “colóquios amorosos” em que Fernão era useiro. Irritado, deu ordens a seu feitor Domingos Camacho e ao negro guiné João, seu escravo, para que a queimassem viva, execução que até o Santo Ofício procurava evitar, garroteando antes os condenados. Os depoimentos sobre o caso são de causar horror: Isabel gritava, chamava por Deus, por Nossa Senhora, por todos os anjos e santos do paraíso, urrava para que lhe acudissem, tudo em vão. Fernão Cabral ameaçou jogar na fornalha qualquer um que ousasse acudi-la, chegando a des-tratar um homem que, estando presente, tentou salvá-la. Isabel, que começara a arder pedindo socorro a Deus, terminou chamando pelos “diabos do inferno”.

Exageros à parte, pois muitos que relataram o caso não haviam presenciado a atrocidade, dando asas à imaginação, o suplício de Isabel foi mesmo terrificante, agravado pelo fato de estar a índia grávida. Todos são unânimes em dizê-lo, havendo mesmo quem contasse: “lançada no fogo [a índia] arrebentou pelas ilhargas e apareceu a criança”.³⁵ Mais significativo do que a violência de Fernão Cabral em si mesma — se é que alguma coisa pode significar mais do que tamanha atrocidade — é o que o “rei” de Jaguaripe contou a Heitor Furtado na mesa inquisitorial, anos depois. Além de negar que tenha mandado lançá-la ao fogo, atribuindo o crime a subalternos, disse que somente ameaçara a índia de queimá-la para evitar

que continuasse “comendo terra”. Com rara habilidade e frieza, Fernão Cabral mencionara a geofagia suicida que vários índios costumavam praticar — costume relatado inclusive por Gabriel Soares —, com o fito de descaracterizar a prenhez da escrava supliciada.

Com o relato deste caso creio ser desnecessário indicar outros exemplos da violência do senhor de Jaguaripe no trato dos cativos. Fernão Cabral era especialmente cruel, não tenho dúvidas em afirmá-lo, tão cruel como muitos outros senhores ou a própria escravidão. A exemplo de Fernão Cabral, no mesmo século XVI um certo André Fernandes Margalho mandara “assar um negro em uma forja, que disso morreu”.³⁶ Fernão Cabral e André Fernandes Margalho: ambos me lembram uma plêiade de senhores que conheço pelo nome, a exemplo de Francisco Serrão de Castro, escravocrata que matou quase vinte moleques (meninos negros) através de violências sodomíticas.³⁷ O assassinato da índia Isabel fez-me lembrar, sobretudo pelos requintes de crueldade e pela puerilidade da culpa da condenada, aquele que sem dúvida é o emblema dos senhores coloniais: Garcia d’Ávila Pereira de Aragão, descendente setecentista do grande clã luso-baiano, que mereceu de Luiz Mott um artigo de justo título: “Terror na Casa da Torre”.³⁸

Termino, com este relato, de traçar o perfil de Fernão Cabral de Taíde, retornando à questão inicialmente proposta acerca de suas motivações na cooptação da santidade. Na verdade, penso que jamais me afastei da questão proposta, apesar de me ter dispersado nas miudezas biográficas de Fernão.

A resposta exata à questão proposta, poderia sugerir-la logo de início, mencionando o que pensavam os contemporâneos sobre a proteção que Fernão Cabral passou a dispensar à santidade em suas terras. Fernão Cabral a atraía, ao que muitos diziam, “para adquirir mais negros brasis”, “em interesse de seu proveito temporal”, “para enganar os ditos brasis em proveito próprio”, para atrair cativos de outrem e forros dos jesuítas.³⁹ Jamais para destruí-la, como disse ao governador e ao visitador, e muito menos por acreditar no culto dos índios — gente que Fernão humilhava, desprezava, supliciava e perseguia. Mas devo dizer que o depoimento dos contemporâneos, muitas vezes eivado de ódio — sobretudo dos senhores que perderam cativos para Fernão Cabral —, não teria o mesmo peso explicativo sem a recuperação da biografia possível do senhor de Jaguaripe.

Como afirmei, a história da santidade nas terras de Jaguaripe passa necessariamente pela pessoa de Fernão Cabral de Taíde, senhor de escravos ambicioso, rico, violento e arrogante. Mais prepotente do que a maior parte dos senhores de seu tempo. Seu poder, dizia aos trinta anos, era maior do que todas as justiças. Não foi por acaso que, quinze anos depois, resolveu dominar o próprio governador para, em seguida, governar a caraíba tupi, trazendo para a terra cristã e escravista a santidade rebelde dos índios.

SANTIDADE PROTEGIDA E DESTRUÍDA

Os gestos de Fernão Cabral durante os meses em que parte da santidade permaneceu em suas terras bem poderiam sugerir, à primeira vista, que o senhor de escravos passou a crer nos caraíbas tupinambá. Não tivesse Fernão Cabral a biografia que esbocei anteriormente e se poderia aventar a hipótese de ele ter, de fato, aderido à seita, a exemplo do que fizeram outros colonos da Bahia.

Não é, certamente, essa hipótese da credulidade de Fernão Cabral a que vou defender nesta obra. Mas devo frisar que sua atitude de completa reverência, auxílio e proteção à seita inviabiliza por completo — como aliás perceberam os contemporâneos — o álibi que apresentou à Inquisição, em 1591, a saber: protegera e reverenciara a santidade fingidamente, objetivando ganhar tempo até que Tomacaúna trouxesse o resto da seita e a caraíba-mor para Jaguaripe, momento em que destroçaria de vez a “abusão”.

Auxílio, reverência e proteção à santidade foi o que depreendi de inúmeros depoimentos compulsados, para não falar dos processos, incluindo os relatos do próprio Fernão Cabral e da sua esposa, d. Margarida da Costa,⁴⁰ que não esconderam de ninguém o tratamento que dispensavam aos sectários.

Fernão Cabral consentiu que os índios erigissem sua igreja a meia légua (ou cerca de três quilômetros) da casa-grande de Jaguaripe. Certamente era da sua propriedade a madeira utilizada para a feitura da cruz, do confessionário e outros adereços que compunham o instrumental litúrgico da seita. A manutenção do culto também foi de alçada de Fernão Cabral, “que amparava e mandava as cousas necessárias”, a exemplo das velas que mantinham as “candeias acesas” dia e noite na igreja dos índios. Chegou a ponto de designar

alguns de seus serviçais para ajudar os índios no que fosse necessário, a exemplo de seu criado Siqueira, a quem ordenava que fosse “espevitado as candeias do ídolo”. Até mesmo os “paninhos velhos” que adornavam o ídolo foram presentes de Fernão Cabral para agradecer os índios.

Se o amparo e o envio de “cousas necessárias” para os índios da santidade incluíam alimentação e sustento material regulares, eis algo que as fontes não esclarecem. Numerosos depoimentos sugerem, no entanto, que pelo menos a cúpula da seita era recebida na casa-grande de Jaguaripe. A própria D. Margarida da Costa admitiu ter agasalhado e dado farinha e peixe a duas índias e três índios, gente principal da santidade, em certa ocasião, sendo fama pública que Fernão Cabral “convidava, honrava e dava de comer aos principais da santidade em mesa levantada para os gentios” em sua casa.

Inúmeros depoimentos, incluindo o do próprio Fernão, indicam que o senhor de Jaguaripe e sua família não só procuravam dispensar o melhor tratamento possível aos sectários como davam mostras de respeitar os cultos da santidade. Fernão Cabral e diversos homens de sua confiança visitavam regularmente a igreja dos índios, tiravam o chapéu, reverenciavam o ídolo, ajoelhavam-se e faziam as cerimônias da santidade, algumas ao menos, segundo o próprio Fernão admitiu. D. Margarida da Costa permitiu, inclusive, que uma ou duas índias da casa-grande fossem ali rebatizadas, ao modo da seita, pela “gentia Mãe de Deus”, mulher que parecia ser a dirigente das cerimônias indígenas na fazenda de Jaguaripe. Enfim, era grande a fama de Fernão Cabral fazer idolatria, que corria por Salvador e pela capitania “com grande escândalo, pasmo e mumuração de todos”.⁴¹

Sendo o caso de alguns colonos, inclusive portugueses, solicitarem de Fernão Cabral permissão para visitar a igreja dos índios — e isto ocorreu diversas vezes —, ele os advertia de que, se lá fossem, jamais debochassem da cerimônia da santidade e procurassem dar mostras de credulidade: “[...] não rissem, nem fizessem escárnio, nem zombassem dos ditos gentios, nem [do] ídolo, e que o reverenciassem”.⁴² Assim advertiu Fernão Cabral a pelo menos cinco homens brancos que o procuraram para ver a igreja, frisando sempre que os índios deveriam acreditar na devoção sincera dos brancos ao culto do ídolo indígena.

É certo que, recebendo tamanhas demonstrações de apoio na fazenda de Jaguaripe, a santidade cresceu extraordinariamente em número de adeptos. Índios escravos de várias fazendas e engenhos do Recôncavo passaram a freqüentar a Santidade de Jaguaripe, alguns com a autorização de seus senhores, como no caso dos escravos de Ambrósio Peixoto, genro de Fernão Cabral, a maioria como fugitivos — índios que se revoltaram contra seus senhores ou contra os jesuítas e acabavam migrando para Jaguaripe. Não faltam notícias, ainda, sobre a adesão de negros da Guiné, mamelucos e até brancos que se converteram à santidade e praticaram suas cerimônias. A santidade se agigantava a olhos vistos no seu refúgio de Jaguaripe, incitando revoltas, incendiando a Bahia.

Aumentava a santidade e crescia também a mão-de-obra disponível na fazenda de Fernão Cabral. Já tive a oportunidade de assinalar a fama que disso correu na Bahia, sobretudo o clamor dos senhores lesados por Fernão Cabral. O senhor de Jaguaripe acobertava a santidade — diziam — “para adquirir mais escravos” ou “para seu proveito temporal”. Cheguei mesmo a localizar nesta ambição desmedida de riqueza e poder a grande motivação de Fernão Cabral em atrair, sem destruir, a santidade para seu engenho. Devo dizer, no entanto, que pelo menos durante os meses em que a seita permaneceu na fazenda — algo em torno de três a seis meses, as informações variam — não encontrei notícia de que os índios da santidade trabalhassem para Fernão Cabral, pelo menos os que Tomacaúna lhe havia remetido do sertão junto com o ídolo.

É presumível que alguns estivessem prestando serviços na fazenda, sobretudo os escravos e forros que fugiam para Jaguaripê, mas as fontes são, nesse ponto, completamente silenciosas. Talvez Fernão Cabral procurasse ganhar tempo, protegendo e reverenciando a seita enquanto aguardava o regresso de Tomacaúna com o restante da santidade. E, como precisava obter a confiança dos índios recém-chegados, não lhe seria possível pô-los logo a trabalhar no eito e nas roças, submetendo-os ao cativeiro de que desejavam fugir. Seja como for, o que a documentação analisada sugere é não a exploração dos índios que aderiram à santidade, mas um frenesi religioso contínuo, candeias acesas dia e noite.

Fernão Cabral vivia, sem dúvida, uma situação de impasse, dilacerado entre a ambição de arregimentar cada vez mais índios para explorá-los e a necessidade de reverenciar a santidade. Vergar-se dian-

te do ídolo, ajoelhar-se na igreja dos índios. Recorde-se, a propósito, a promessa que mandara levar ao caraíba-mor no sertão de “que ajuntaria a sua Igreja com a dos cristãos, e que daria lugar e terras onde largamente vivesse” junto com os seus e com plena liberdade de culto.⁴³

Grave dilema o do senhor de Jaguaripe: manter acesa para os índios a ilusão de que sua fazenda era a “terra da imortalidade” tupi e, ao mesmo tempo, explorar o trabalho dos nativos. É possível que, caso o restante da santidade viesse a ter mesmo a seu engenho, Fernão Cabral, com o tempo, destruísse a seita e cativasse todos os índios: os seguidores da santidade, os escravos alheios, os forros das missões, todos os nativos, enfim, que se aglomeravam em Jaguaripe. O certo, porém, é que Fernão Cabral perdeu completamente o controle da situação: multiplicavam-se as fileiras de adeptos da santidade em seus domínios, e ele, em vez de explorá-los como supostamente desejava, só fazia adular o clero indígena e render culto ao seu ídolo. Não por acaso, há depoimentos de que o “gentio da seita” costumava chamá-lo de Tupã, o herói-trovão que, no mito tupi, avisara Tamandaré do dilúvio iminente, permitindo que o ancestral tupinambá se salvasse no alto da palmeira...

Se já não era fácil a sua situação no próprio engenho, obrigado a vergar-se diante dos que desejava como cativos, mais complicada ficariam as suas relações com Teles Barreto e os demais senhores da Bahia. A certa altura dos acontecimentos, o governador enviou o juiz Fernão Vaz, e mais dois escrivães do governo, para pressioná-lo a acabar com aquela “idolatria” que incendiava a capitania e sangrava os demais engenhos de sua preciosa mão-de-obra. Fernão Cabral os recebeu com aspereza: advertiu-os, como sempre, de que se fossem à igreja dos índios deveriam “reverenciar e adorar o ídolo”, e finalmente os expulsou de Jaguaripe.

Manuel Teles Barreto acabaria por perder a paciência com as hesitações de Fernão Cabral. Pressionado pelos colonos da Bahia, instruiu a Bernaldim Ribeiro da Gram para que fosse ter com Fernão Cabral, e dele exigisse a destruição da santidade com a maior brevidade possível. Impossível esperar mais pelo retorno de Tomacáua — escreveu o governador —, e que Fernão devolvesse logo a seus legítimos donos os escravos e forros que possuísse irregularmente em Jaguaripe. Os “clamores do povo” não permitiam mais delongas.

Teles Barreto instruiu em detalhe a Bernaldim Ribeiro, sem desconsiderar a hipótese de Fernão Cabral tentar impedi-lo de cumprir a missão oficial. O emissário do governo deveria, neste caso, pedir ajuda a Diogo Correia, antigo companheiro de Fernão na campanha de Ilhéus, e a Paulos d’Argollo, e que o fizesse “com muito segredo”. Concluía o governador sua instrução recomendando a Bernaldim que jamais aceitasse protelações de Fernão Cabral ou vagas promessas de que ele próprio destruiria a abusão. Que se advertisse a Fernão Cabral que, em caso de resistência, a situação se agravaria mais, e dele seria pedido conta, por el-rei e pelo próprio governador, de “todos os insídios e alevantamentos e fugidas de negros forros e escravos” que estavam a se refugiar em Jaguaripe.⁴⁴

As cautelas e suspeitas do governador Teles Barreto não eram infundadas. Fernão Cabral tentou mesmo dissuadir o emissário do governo de sua expedição repressiva — assim como dissuadira antes o próprio Teles Barreto de atacar a santidade no sertão. Previu Bernaldim Ribeiro de que, se fosse destruir a igreja da santidade, os índios o matariam, e negou gente para apoiá-lo no ataque. Tudo em vão. Bernaldim cercou a igreja, advertiu os índios de que era inútil resistir e, com efeito, destruiu o templo. Pôs-lhe fogo e confiscou os objetos de culto da seita, inclusive o ídolo. Emprazou, por fim, a Fernão Cabral para que, o mais rápido possível, levasse presos os índios e índias que se chamavam “santos”, cabendo ao próprio Bernaldim Ribeiro conduzir para Salvador a escravaria alheia que se acantonara em Jaguaripe com o estímulo de seu poderoso senhor.

Fernão Cabral não teve como resistir desta vez. Assistiu, sabe-se lá de que modo, à destruição da santidade e de seu projeto megalômano de tornar-se o principal, se não o único, senhor de escravos da Bahia, dono de todos os índios, forros e guinés, governador de todos os mamelucos, verdadeiro rei da Bahia. Fernão Cabral urdira com método, não tenho dúvida, algum projeto desse tipo, ainda que para executá-lo fosse necessário ajoelhar-se diante dos índios e fazer-se passar por Tupã.

Derrotado em suas ambições, o fidalgo algarviense transformado em deus índio cuidaria de reconciliar-se com os potentados da Bahia. Do governador Teles Barreto conseguiu ao menos uma certidão que abonava a sua conduta, datada de 8 de agosto de 1586. Nela, Teles Barreto frisava os méritos de Fernão, que com grande denodo havia atraído a santidade do sertão, gastando “tudo à sua custa, sem

da fazenda de sua majestade custar cousa alguma".⁴⁵ Certidão abonadora, portanto, e francamente conciliatória, para dizer o mínimo, a confirmar a cumplicidade que sempre houve entre Teles Barreto e nosso personagem. Dela não constam, por conveniência, as sérias preocupações que assaltaram Teles Barreto quando delegou a Bernaldim Ribeiro a expedição repressiva, temeroso de que Fernão Cabral a impedisse...

Quanto aos demais senhores da Bahia, a tentativa conciliatória de Fernão Cabral não surtiria grande efeito. Nos papéis do Santo Ofício organizados cinco anos depois pelo visitador Heitor Furtado, percebe-se o velho clamor, quase em uníssono, dos potentados baianos contra a desmedida cobiça do senhor de Jaguaripe "no tempo da santidade".

No tocante aos índios, dos quais tratarei na parte seguinte deste livro, viram ruir num só momento, imóveis, sem esboçar reação alguma, o antigo sonho de encontrar a Terra sem Mal nas bandas do mar, sonho a que tinham renunciado ao se embrenhar nas matas com a chegada dos portugueses. Sonho que por vezes reabilitavam, ao ouvir colonos ardilosos lhes dizer que era no mar que ficava a terra do bem-viver. Na sua eterna luta contra a história, o mito sairia, uma vez mais, derrotado.

100

SBD / FFLCH / USP

